

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.117 - SP (2018/0313801-6)

AGRAVANTE : MARCELO MARTIN DE CASTRO
ADVOGADOS : LUÍS GUSTAVO DE CASTRO MENDES - SP170183
ALEXANDRE REGO E OUTRO(S) - SP165345
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARCELO MARTIN DE CASTRO, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim ementado:

FUNRURAL. EMPREGADOR RURAL PESSOA FÍSICA. ARTS. 12, V E VII, 25, I E II, E 30, IV, DA LEI N. 8.212/991, COM AS REDAÇÕES DECORRENTES DAS LEIS N. 8.540/92 E N. 9.528/97. INCONSTITUCIONALIDADE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. LEGITIMIDADE. EMPREGADOR RURAL. FUNRURAL. EMPREGADOR RURAL PESSOA FÍSICA. ART. 25 DA LEI N. 8.212/91, COM A REDAÇÃO DECORRENTE DA LEI N. 10.256/01. EXIGIBILIDADE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO OU COMPENSAÇÃO. TRIBUTOS SUJEITOS A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (CPC, ART. 543-B). APLICABILIDADE.

1. O STF declarou a inconstitucionalidade dos arts. 12, V e VII, 25, I e II, e 30, IV, da Lei n. 8.212/91, com as redações decorrentes das Leis n. 8.540/92 e n. 9.528/97, até que legislação nova, arrimada na Emenda Constitucional n. 20/98, que incluiu "receita" ao lado de "faturamento", venha instituir a exação. No mesmo julgamento, o STF indeferiu pedido de modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade. (STF, RE n. 363.852, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 03.02.10). Cumpre registrar a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça quanto à legitimidade tanto do empregador rural quanto da empresa adquirente para discutir a legalidade da contribuição, porém somente do empregador rural para pleitear a repetição de indébito (STJ, REsp n. 961.178, Rel. Min. Eliana Calmon, j. 07.05.09; AGREsp n. 810.168, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 05.03.09; AGREsp n. 475.536, Rel. Min. Humberto Martins, j. 07.02.08).

2. O STF declarou a inconstitucionalidade dos arts. 12, V e VII, 25, I e II, e 30, IV, da Lei n. 8.212/91, com as redações decorrentes das Leis n. 8.540/92 e n. 9.529/97, até que legislação nova, arrimada na Emenda Constitucional n. 20/98, que incluiu "receita" ao lado de "faturamento", venha instituir a exação (STF, RE n. 363.852, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 03.02.10). No referido julgamento, não foi analisada a constitucionalidade da contribuição à luz da superveniência da Lei n. 10.256/01, que modificou o caput do art. 25 da Lei n. 8.212/91 para fazer constar que a contribuição do empregador rural pessoa física se dará em substituição à contribuição de que tratam os incisos I e II do art. 22 da mesma lei. A esse respeito, precedentes deste Tribunal sugerem a exigibilidade da contribuição a partir da Lei n. 10.256/01, na medida em que editada posteriormente à Emenda ConstituciOnal

n. 20/98 (TRF da 3ª Região, Agravo Legal no AI n. 2010.03.00.014084-6, Rel. Des. Fed. Henrique Herkenhoff, j. 19.10.10; Agravo Legal no AI n. 2010.03.00.000892-0, Rel. Des. Fed. André Nekatschalow, j. 04.10.10; Agravo Legal no AI n. 2010.03.00.016210-6, Rel. Juiz Fed. Conv. Hélio Nogueira, j. 04.10.10; Agravo Legal no AI n. 2010.03.00.010001-0, Rel. Juiz Fed. Conv. Roberto Lemos, j. 03.08.10). A 1ª Seção deste Tribunal pronunciou-se pela exigibilidade da contribuição social a cargo dos empregadores rurais pessoas físicas com fundamento na Lei n. 10.256/01, considerando válidos os incisos I e II do art. 25 da Lei n. 8.212/91, com a redação dada pela Lei n. 8.540/92, pois o Supremo Tribunal Federal, no RE n. 363.852, não os declarou inconstitucionais. Ademais, registrou que aquela Corte, no RE n. 596.177, julgado pelo regime do art. 543-B do Código de Processo Civil, não tratou da constitucionalidade da Lei n. 10.256/01, tendo apenas o Ministro Marco Aurélio externado opinião quanto a tema que não fora posto em julgamento. Nesse sentido, não é exato dizer que o Supremo Tribunal Federal tem posição firmada pela inexigibilidade da contribuição, inclusive posteriormente à edição da Lei n. 10.256/01, tanto que, no RE n. 585.684, por decisão singular do Ministro Joaquim Barbosa, foi afastada a contribuição somente até a edição dessa Lei. Em última análise, a 1ª Seção considerou devidas as contribuições sociais incidentes sobre a receita bruta da comercialização de produtos do empregador rural pessoa física a partir da entrada em vigor da Lei n. 10.256/01 (TRF da 3ª Região, P Seção, El n. 0005405-88.2010.4.03.6000, Rel. Des. Fed. José Lunardelli, j. 01.08.13).

3. O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do art. 4º, segunda parte, da Lei Complementar n. 118/05, na sistemática do art. 543-B do Código de Processo Civil, acrescentado pela Lei n. 11.418/06. Entendimento que já havia sido consolidado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ, REsp n. 1002932, Rel. Min. Luiz Fux, j. 25.11.09). No entanto, de forma distinta do Superior Tribunal de Justiça, concluiu a Corte Suprema que houve violação ao princípio da segurança jurídica a previsão de aplicação retroativa do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, o qual deve ser observado após o transcurso da *vacatio legis* de 120 (cento e vinte) dias, ou seja, somente para as demandas propostas a partir de 09.06.05 (STF, RE n. 566621, Rel. Min. Ellen Grade, j. 04.08.11, para fins do art. 543-B do Código de Processo Civil).

4. Reconhecida a legitimidade da exação a partir da vigência da Lei n. 10.256/01 e aplicada a prescrição quinquenal, dado que a ação foi proposta em 07.06.10 (cfr. fl. 2), conclui-se não haver valores indevidamente recolhidos no período não alcançado pela prescrição.

5. Cabe registrar que a sentença deixou de condenar o autor em honorários advocatícios, por não ter sido a ré citada, e a decisão agravada não modificou a verba honorária, em razão da sucumbência mínima da ré. Tendo em vista que a falta de fixação da verba honorária na sentença não foi objeto de recurso, inviável sua reforma.

6. Agravo legal da União parcialmente provido para negar provimento à apelação do autor, mantendo integralmente a sentença.

Na origem, trata-se de ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária cumulada com repetição de indébito que objetiva o reconhecimento da inconstitucionalidade dos incisos I e II do art. 25 da Lei 8.212/91, que instituíram a contribuição, pelo empregador rural pessoa física, sobre a comercialização de sua produção. O valor da causa, em junho de 2010,

era de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Em sede de sentença, o juízo de primeira instância declarou a inexistência de relação jurídico-tributária até o advento da Lei 10.256/2001. Na ocasião, em virtude da prescrição, julgou improcedente o pedido de restituição de indébito.

O tribunal *a quo* manteve a sentença, conforme ementa acima colacionada.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No recurso especial, o recorrente aponta violação ao art. 97, IV do CTN e ao art. 25 da Lei 8.212/91. Sustenta, em síntese, que não há previsão legal nem da base de cálculo, nem da alíquota da contribuição incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, motivo pelo qual a exação seria ilegal e inconstitucional.

Aponta dissídio jurisprudencial.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido sob o argumento da inviabilidade de seu manejo para tratar de alegação de suposta violação constitucional.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

A matéria deduzida no presente recurso foi conhecida e julgada em repercussão geral no RE n. 718.874/RS, Tema n. 669/STF, ocasião em que ficou definido que "É constitucional formal e materialmente a contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela Lei 10.256/2001, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção."

Conforme o art. 1.031, §2º, do CPC/2015: "Se o relator do recurso especial considerar prejudicial o recurso extraordinário, em decisão irrecorrível, sobrestará o julgamento e remeterá os autos ao Supremo Tribunal Federal".

Por sua vez, o art. 1.036, §1º, do CPC/2015 determina o sobrestamento dos recursos que tratem de idêntica controvérsia, enquanto o art. 1.039 do CPC/2015, observa que, julgado o mérito do recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida, os recursos extraordinários sobrestados serão apreciados pelos órgãos colegiados, ou seja, Tribunais, Turmas de

Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou se retratar.

Finalmente, os arts. 1.040 e 1.041, ambos do CPC/2015, dispõem sobre a atuação do Tribunal de origem após o julgamento do recurso extraordinário submetido ao regime de repercussão geral ou ao recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos.

De acordo com esses últimos dois dispositivos, há a previsão de negativa de seguimento dos recursos, de retratação do órgão colegiado para o alinhamento das teses ou, ainda, de manutenção do acórdão divergente, com a remessa dos recursos aos Tribunais correspondentes.

Nesse panorama, cabe ao Ministro Relator no Superior Tribunal de Justiça, com o julgamento do paradigma pelo Supremo Tribunal Federal, determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem, para que seja reexaminado o acórdão recorrido e realizada a superveniente admissibilidade do recurso especial.

Sobre o assunto, confirmam-se as decisões proferidas no AREsp 1276555/ES, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 26/04/2018, REsp n. 1.277.581/MG, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 02/04/2018 e o AREsp 863549/MS, Rel. GURGEL DE FARIA, DJ 27.4.2018, do qual se extrai o seguinte excerto, *verbis*:

A questão, objeto do apelo extremo, foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal na oportunidade em que julgado o RE 596.177/RS, em repercussão geral, relator o Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, no sentido de reconhecer a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei n. 8.540/1992, que deu nova redação aos arts. 12, V e VII, 25, I e II, e 30, IV, da Lei n. 8.212/1991.

Posteriormente, a mesma Corte Suprema, na apreciação do RE 718.874/RS, em sessão realizada no dia 29/03/2017, também sob o regime de repercussão geral, fixou a seguinte tese: *“É constitucional formal e materialmente a contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela Lei n. 10.256/2001, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção.”*

Assim, já julgada a questão pelo Pretório Excelso, bem como por medida de economia processual, os autos deverão retornar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região para que lá seja realizado o juízo de conformação com o precedente obrigatório do STF, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Somente depois de realizada essa providência, que representa o esgotamento da instância ordinária, é que os autos poderão ser encaminhados para esta Corte Superior a fim de que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas suscitadas, e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal a quo. Ante o exposto, DETERMINO o sobrestamento do julgamento deste recurso até a realização do juízo de conformação pela Corte de origem com o precedente do STF, bem como a devolução dos autos ao Tribunal *a quo*, com a respectiva baixa, para que tal providência seja realizada.

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, em conformidade com a previsão do art. 1.040, c.c. o §2º do art. 1.041, ambos do CPC/2015: a) na hipótese da decisão recorrida coincidir com a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou b) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou c) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se

Brasília (DF), 28 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

